

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 13 de agosto de 2025 às 07h38
Seleção de Notícias

Convergência Digital | BR

Pirataria	
Com 37% do total, Brasil é líder mundial de TV Boxes piratas infectados e Anatel dispara alerta	3
<small>LUIS OSVALDO GROSSMANN</small>	

IT Forum | BR-SP

Entidades	
Estudo revela desaceleração de 25% no ritmo de investimentos em inovação no Brasil	5

Folha de S. Paulo | BR

13 de agosto de 2025 Direitos Autorais	
CNI afirma que projeto de lei de IA cria obstáculos excessivos	7
<small>MERCADO PATRÍCIA CAMPOS MELLO</small>	

Com 37% do total, Brasil é líder mundial de TV Boxes piratas infectados e Anatel dispara alerta



Com 37% do total, Brasil é líder mundial de TV Boxes piratas infectados e Anatel dispara alerta

O Brasil é hoje o país mais afetado no mundo pela rede criminosa internacional Bad Box 2.0, responsável por controlar remotamente milhões de aparelhos conectados à internet para realizar ataques cibernéticos. Levantamento da empresa de segurança Human Security, citado pela Anatel, aponta que 37,62% dos dispositivos infectados no planeta estão em território nacional - e a esmagadora maioria é formada por TV Boxes piratas.

O crescimento da ameaça é vertiginoso: entre fevereiro e agosto de 2025, o número de aparelhos contaminados no Brasil saltou de cerca de 340 mil para mais de 1,8 milhão, segundo dados da plataforma Shadowserver. A superintendente de Fiscalização da Anatel, Gesilea Teles, destaca que esses equipamentos, vendidos irregularmente em marketplaces e no comércio popular, não apenas permitem acesso clandestino a canais pagos, como também funcionam como "porta de entrada" para crimes digitais.

"O programa malicioso escondido dentro do sistema do aparelho se comunica com o comando e controle para redirecionar o tráfego e mascarar a localização real do criminoso. Em seguida, o criminoso acessa

diferentes sites. Que vão desde páginas aparentemente legítimas a domínios suspeitos, que são usados para fraudes publicitárias, distribuição de outros malware e movimentação de dados roubados, geralmente sem que o usuário perceba. Esses dispositivos estão conectados à rede criminosa global, chamada Bad Box 2.0, que é uma grande organização que usa milhões de aparelhos infectados no mundo, especialmente TV Boxes, para realizar golpes e ataques cibernéticos", destacou a superintendente da Anatel.

As análises do laboratório **antipirataria** da agência identificaram que, mesmo em modo de espera, as TV Boxes comprometidas continuam enviando dados para servidores de comando e controle no exterior. Com privilégios de administrador, o malware resiste a desligamentos e restaurações, permitindo que criminosos assumam o controle de todos os aparelhos conectados à mesma rede Wi-Fi doméstica. Entre os usos ilícitos estão fraudes financeiras, roubo de credenciais, criação de contas falsas, ataques de negação de serviço e acesso a sites sensíveis, incluindo bancos, tribunais e conteúdo adulto.

Infecções dispararam em 2025

A Bad Box 2.0 já motivou alertas do FBI, do Centro Nacional de Cibersegurança de Portugal e da Irlanda, além de uma ação judicial do Google nos Estados Unidos contra seus operadores. No Brasil, a Anatel vem bloqueando domínios e IPs ligados à rede e já retirou do mercado mais de 1,5 milhão de TV Boxes não homologadas desde 2018.

Continuação:
Com 37% do total, Brasil é líder mundial de TV Boxes piratas infectados e Anatel dispara alerta

O alerta da agência reforça que a compra de dispositivos certificados é a única forma de reduzir os riscos. "Não se trata apenas de **pirataria** de conteúdo, mas de um risco real à privacidade e à segurança digital de milhões de brasileiros", afirmou Gesilea Teles. A recomendação é evitar produtos sem homologação, manter sistemas atualizados e desconectar imediatamente qualquer equipamento suspeito.

Estudo revela desaceleração de 25% no ritmo de investimentos em inovação no Brasil



Mesmo com aporte de R\$ 41,93 bilhões em PD&I, estudo aponta a necessidade de adotar estratégias diversificadas

O ritmo do crescimento dos investimentos em inovação no Brasil caiu 25% nos últimos anos. Essa é uma das conclusões do Panorama da Inovação 2025, estudo produzido pela Gröwnt (antiga GT Group). Em 2024, o levantamento teve como foco orientar as organizações na melhor utilização dos incentivos fiscais oferecidos pela **Lei** do Bem. Já em 2025, o escopo da pesquisa foi ampliado para incluir também análises sobre mecanismos de crédito público voltados à inovação, como os operados pela **Finep**, BNDES e Inovacred.

Investimentos batem recordes, mas ritmo desacelera

O relatório aponta que, embora o país tenha atingido um marco histórico ao investir R\$ 41,93 bilhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) neste mesmo ano, um sinal de alerta sobre a sustentabilidade dos aportes e reforça a necessidade de adotar estratégias mais diversificadas para fomentar a inovação.

Esse aporte recorde foi impulsionado, em partes, pelo programa Nova Indústria Brasil (NIB), lançado em fevereiro de 2024. A iniciativa visa transformar o setor industrial brasileiro por meio de políticas inovadoras e incentivos à descarbonização, digitalização e fortalecimento das cadeias produtivas.

De acordo com o estudo, empresas do setor farmacêutico conseguiram reduzir, em média, 49% do IRPJ/CSLL, enquanto setor alimentício obteve uma economia de 34%. Em 2023, 22% das empresas beneficiadas conseguiram zerar sua tributação.

Tudo que se move será automatizado, acredita Nvidia

"Mais do que um alívio tributário, essas isenções representam um mecanismo estratégico para fortalecer a capacidade de inovação das empresas brasileiras. Ao permitir o redirecionamento de recursos para pesquisa, desenvolvimento e modernização tecnológica, a **Lei** do Bem contribui diretamente para o aumento da produtividade, a geração de empregos qualificados e o posicionamento competitivo do país no cenário global", disse Fabrizio Gamminio, co-CEO da Gröwnt

Por que o atual modelo já não sustenta o crescimento da inovação?

Apesar dos avanços no cenário de inovação no Brasil, o estudo revela desafios críticos que precisam ser abordados para garantir um crescimento sustentável e inclusivo. A atual predominância de grandes empresas no setor de inovação é um deles, destacando um potencial inexplorado entre pequenas e médias empresas.

"O modelo de incentivos vigente, embora tenha gerado resultados positivos, está começando a mostrar suas limitações estruturais. A concentração de recursos e incentivos em grandes corporações cria um ambiente onde pequenas e médias empresas, que muitas vezes carecem de capital e apoio institucional, são deixadas à margem.", explica Cristiano Vicente, diretor de Inovação da Gröwnt.

O executivo alerta que, para sustentar um cres-

Continuação: Estudo revela desaceleração de 25% no ritmo de investimentos em inovação no Brasil

cimento de longo prazo, é essencial rever o modelo atual: "Embora os números absolutos ainda impressionem, o ritmo de crescimento está enfraquecendo. Se não repensarmos as políticas públicas, o Brasil corre o risco de perder competitividade", completa.

Uma amostra desse enfraquecimento é a desaceleração no ritmo de crescimento dos investimentos em PD&I. Embora o volume tenha crescido acima da inflação desde 2017, a expansão perdeu fôlego a partir de 2021. Entre 2020 e 2021, os aportes cresceram 56%. No ano seguinte, a alta foi de 31%, e em 2023, o avanço ficou em apenas 17%, indicando uma tendência de arrefecimento no esforço

de inovação.

Benchmarking global: olhando além das fronteiras

Internacionalmente, países como Islândia e Alemanha têm adotado políticas fiscais semelhantes, utilizando isenções fiscais como um vetor de inovação e crescimento econômico. Na Islândia, por exemplo, as empresas que investem em PDI podem deduzir até 20% de seus custos de pesquisa, enquanto na Alemanha, o governo oferece créditos fiscais para despesas de PDI, incentivando a inovação em setores estratégicos.

CNI afirma que projeto de lei de IA cria obstáculos excessivos

MERCADO

Patrícia Campos Mello

São Paulo - A Confederação Nacional da Indústria (CNI) fez duras críticas ao projeto de lei de inteligência artificial aprovado no Senado, o PL 2338, que agora está em discussão na Câmara.

Roberto Muniz, diretor de relações institucionais da CNI, comparou a legislação à lei de licenciamento ambiental brasileira, afirmando que não adianta "ter riquezas e elas não constituírem riqueza para o país". Entre as principais críticas está a classificação da IA em níveis de risco, com maior grau de supervisão e escrutínio sobre os sistemas classificados como de maior risco.

Segundo Muniz, "o risco não pode criar obstáculos ao desenvolvimento". "Para sermos competitivos no mundo atual precisamos ver o risco como algo que precisa ser assumido pelo país. Como disse o senador astronauta Marcos Pontes (PL-SP), risco zero para avião, só se o avião não voar".

Pontes, que foi vice-presidente da comissão temporária de IA no Senado, é um dos principais oponentes ao que considera uma regulação excessiva, posição alinhada às das big techs e à da indústria.

"Não podemos ter regulação excessiva que cria obstáculos, é importante que não façamos da nossa lei um engessamento da indústria nacional", afirmou o diretor da CNI, em seminário sobre o marco legal da inteligência artificial.

Participaram do evento o senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator do PL 2338 no Senado, a deputada Luisa Canziani (PSD-PR), presidente da comissão especial da Câmara que debate o projeto de lei, e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da comissão.

João Brant, secretário de Políticas Digitais da Secom, defendeu a regulação baseada em níveis de risco e a governança centralizada. Segundo o secretário, é preciso equilibrar a proteção de direitos e segurança dos usuários com a discussão sobre a competitividade.

Brant também voltou a defender o pagamento de **direitos** autorais para a indústria criativa e o jornalismo no caso de uso de dados para treinamento de modelos - tema que é rechaçado pelas big techs e consta do PL aprovado no Senado.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3

Entidades

5

Direitos Autorais

7